

LEI Nº 466/01

**DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL
ANTIDROGAS –COMAD- E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

Marino de Lima, Prefeito Municipal de Cajati, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1º- Fica instituído o COMAD – Conselho Municipal Antidrogas de Cajati, que se integrará na ação conjunta e articulada de todos os órgãos de níveis Federal, Estadual e Municipal que compõe o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes, de que trata o Decreto Federal nº 110, de 02 de Setembro de 1980, por intermédio do Conselho Estadual de Entorpecentes –CONEN, (sigla do Estado).

Art.2º- São objetivos do Conselho Municipal Antidrogas de Cajati:

- I- propor programa municipal de prevenção ao uso indevido e abuso de drogas e entorpecentes, compatibilizando-o com a respectiva política Estadual proposta pelo Conselho Estadual, bem como acompanhar a sua execução;
- II- coordenar, desenvolver e estimular programas e atividades de prevenção e disseminação de tráfico e do uso e abuso de drogas;
- III- estimular e cooperar com serviços que visam ao encaminhamento e tratamento de dependentes de drogas e entorpecentes;
- IV- colaborar, acompanhar e formular sugestões para as ações de fiscalização e repressão executadas pelo Estado e pela União;
- V- estimular estudos e pesquisas sobre o problema do uso indevido e abuso de drogas entorpecentes e substâncias que determinem dependência física ou psíquica;
- VI- propor ao Prefeito Municipal, medidas que visem a atender os objetivos previstos nos incisos anteriores;
- VII- apresentar sugestões sobre a matéria para fins de encaminhamento à autoridade e órgãos de outros Municípios, Estaduais e Federais;

Art.3º- O Conselho Municipal Antidrogas de Cajati, será integrado pelos seguintes membros, designados pelo Prefeito:

- I- (04), quatro representantes da Prefeitura Municipal, sendo 1 (um), do órgão de Educação, 1 (um), do órgão de Saúde, 1 (um), do órgão do Serviço Social e 1 (um) do órgão da Administração;
- II- representantes da Sociedade Civil de livre escolha do Prefeito Municipal;
- III- a convite do Prefeito Municipal:
 - a) o Juiz de Direito da Comarca de Jacupiranga;
 - b) o Promotor de Justiça da Comarca de Jacupiranga;
 - c) o Delegado de Polícia;
 - d) a autoridade da Polícia Militar no Município;
 - e) a autoridade Estadual de Ensino no Município;
 - f) líderes comunitários;
 - g) representantes de ONGs, comunidades terapêuticas e Institutos de Pesquisa.

Parágrafo Único- Os membros do Conselho terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

Art.4º- O Conselho será presidido por um dos seus membros, escolhido e designado pelo Prefeito Municipal.

Art.5º- As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, porém, consideradas de relevante serviço público.

Art.6º- O Presidente do Conselho, mediante indicação do Prefeito Municipal, poderá requisitar servidor ou servidores da Administração, para implantação e funcionamento do órgão.

Art.7º- O Conselho poderá dispor de uma secretaria, dirigida por funcionário indicado pelo seu Presidente e designado pelo Prefeito Municipal.

Art.8º- As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas pelas verbas do orçamento municipal, suplementadas se necessário.

Art.9º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE CAJATI

EM, 01 DE AGOSTO DE 2001

Marino de Lima
Prefeito Municipal